

AS CONSEQUÊNCIAS DA COP 21 PARA AS EMPRESAS

Luiz Carlos Pôrto

Este boletim é voltado para administradores, executivos e gestores de empresas. O objetivo é debater questões estratégicas, que impactarão sobremaneira as corporações no médio e longo prazo. Para recebê-lo basta enviar um e-mail para repensar@silvaporto.com.br.

A 21ª Conferência do Clima (*Conferência das Partes das Nações Unidas para Mudanças Climáticas - COP 21*) será realizada de 30/11/2015 a 11/12/2015 em Paris e terá como principal objetivo costurar um novo acordo entre os países para diminuir a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Leiam abaixo o excelente artigo de Pedro Passos sobre as consequências econômicas da COP 21 para as empresas, publicado no jornal Folha de São Paulo de 23/10/2015.

A empresa que não começar logo a praticar a ECOINOVAÇÃO ficará para trás rapidamente.

Luiz Carlos Pôrto, Eng., MSc.

Diretor

Silva Porto Consultoria Ambiental

CLIMA DE MUDANÇA

Refém de desafios de curto prazo, o governo terá a oportunidade, a partir do último dia de novembro, de discutir cenários para políticas e diretrizes de longo prazo capazes de dar contornos mais modernos e inovadores para nossa economia.

A data marca o início da COP 21, em Paris, o fórum que visa construir uma plataforma de ações para o corte dos gases de efeito estufa, com potencial para reconfigurar a economia global. Até agora, 149 países anunciaram suas metas de redução de CO₂ até 2030, incluindo China, maior poluente no mundo, respondendo por 25% do total de emissões, EUA, Europa, Índia, Rússia e Japão, nessa ordem.



O Brasil, sétimo no ranking, comprometeu-se em reduzir em 43% as emissões até 2030 em relação a 2005, concentrado no desenvolvimento de energias renováveis e no cerco ao desmatamento na Amazônia. Embora parte da meta já esteja cumprida, ela é mais ambiciosa que as da China e da Índia e próxima da adotada pelos EUA e Europa.

É o início de um processo que desencadeará mudanças estruturais e revisão de prioridades. Os acordos no âmbito da COP 21 implicarão ruptura radical do padrão energético baseado no uso intensivo do petróleo, sobretudo em geração elétrica e transportes, e na queima de carvão.

Essa transformação levará ao nascimento de novas tecnologias e indústrias e a mudanças de estilo de vida e padrões culturais. É também preocupante, ao pôr em causa projetos que tenderão a ser cada vez mais questionados, como a exploração do pré-sal.

Países cujo desenvolvimento se apoia na economia do conhecimento e no empreendedorismo sofrerão menos que os dependentes de insumos fósseis e atividades extrativas. É isso que nos cabe refletir e agir com visão, alocando recursos neste "novo mundo" de desafios.

A migração para uma matriz energética limpa requer a combinação de políticas públicas com modelos de negócios que incorporem práticas menos agressivas ao ambiente. É uma mudança mandatária para as empresas. A denúncia de que a Volkswagen adulterou dados sobre os níveis de emissões dos veículos a diesel abalou seu valor de mercado e desencadeou ações de consequências imprevisíveis.

Aos governos caberá agir na frente fiscal, trocando incentivos à produção de petróleo pela geração de energias renováveis e apoio a indústrias voltadas para esse fim.

A perda de protagonismo do petróleo exige decisões pragmáticas e uma estratégia que já tarda, considerando o estágio tecnológico nesta direção da China e da EUA. Estudo da New Climate Economy estima que nos próximos 15 anos "US\$ 90 trilhões serão investidos em infraestrutura, uso do solo e sistemas energéticos", para



adequação às regras ambientais, criando, nesse rastro, uma esteira de novos negócios.

O Brasil reúne condições para embarcar nesse movimento. A questão não é só ambiental, campo em que não nos saímos mal, já que 70% da geração de eletricidade vêm de hidrelétricas. Mas a gradual substituição das termelétricas por fontes renováveis e geração distribuída, com a massificação de placas de energia solar, é só o ponto de partida.

Os desdobramentos serão muito mais amplos, indo da reinvenção do setor automotivo e do transporte de massa a equipamentos de baixo consumo de energia.

Investir em pesquisa e melhorar o ambiente de negócios são pré-requisitos nessa corrida. O resto fica a cargo da inventividade e ousadia empresarial, entre companhias novas e já estabelecidas.

Não se pode desprezar essa onda. Se os compromissos da COP 21 forem para valer, eles mudarão a economia e o perfil energético mundial, abrindo oportunidades que raramente despontam com tanta intensidade e rapidez.

Pedro Luiz Passos é empresário, presidente do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) e conselheiro da Natura.

O Método REPENSAR foi desenvolvido pela Silva Porto Consultoria Ambiental como forma de capacitar todos os profissionais das empresas para a compreensão e aplicação prática do conceito de sustentabilidade no dia a dia das organizações. Conheça mais sobre o Método em <http://migre.me/grfig>

